



BOLETIM SOBRE DIREITOS HUMANOS



<https://multimedia.europarl.europa.eu>

www.cddmoz.org

Quinta-feira, 05 de Fevereiro de 2026 | Ano V, n.º 523 | **Director:** Prof. Adriano Nuvunga | **Português**

ATAQUE À LIBERDADE DE IMPRENSA

Jornalista Carlitos Cadangue sofre atentado perpetrado por indivíduos que envergavam uniforme da PRM

- Na última década, vários jornalistas têm sido alvo de ataques, alguns dos quais perderam a vida



O jornalista e correspondente do Grupo Soico na província de Manica, Carlitos Cadangue, foi alvo de um atentado na noite de quarta-feira, 4 de Fevereiro, quando indivíduos desconhecidos dispararam várias vezes contra a sua viatura.

Segundo o relato do próprio jornalista, os atacantes faziam-se transportar numa viatura do tipo Ford Ranger e trajavam uniformes da Polícia da República de Moçambique (PRM), um facto particularmente grave que levanta sérias preocupações quanto ao eventual envolvimento ou à instrumentalização de agentes do Estado em actos de intimidação e violência contra jornalistas.

Carlitos Cadangue tem-se destacado pela cobertura de temas sensíveis na província de Manica, com especial incidência sobre a mineração de ouro e os seus impactos ambientais e sociais. O jornalista tem acompanhado o assunto que resultaram na suspensão de actividades mineiras e no seu posterior levantamento em circunstâncias pouco transparentes, o que reforça a suspeita de que o atentado esteja directamente ligado ao exercício do jornalismo livre.

ATAQUE À LIBERDADE DE IMPRENSA E AO DIREITO À INFORMAÇÃO

Este atentado constitui uma grave violação da liberdade de imprensa, do direito à informação e dos princípios fundamentais do Estado de Direito. Ataques contra jornalistas não são apenas agressões individuais, mas ameaças directas à democracia, pois criam um clima de medo e intimidação que condiciona o exercício livre, independente e responsável do jornalismo.

MAIS UMA ACÇÃO DOS “ESQUADRÕES DA MORTE”?

O relato do alegado envolvimento de indivíduos trajando uniformes policiais remete para a actuação de grupos operando no interior das forças de segurança, vulgarmente conhecidos como “esquadrões da morte”, cuja existência foi confirmada durante o julgamento do assassinato do activista Anastácio Matavel. Estes factos reforçam a percepção de que existe um padrão organizado de repressão contra vozes críticas e jornalistas em Moçambique.

UM PADRÃO DE VIOLÊNCIA QUE NÃO CONSTITUI CASO ISOLADO

Este atentado ocorre num contexto em que o exercício do jornalismo livre e independente em Moçambique se tem transformado, nos últimos anos, numa actividade de elevado risco. Ao longo do tempo, vários jornalistas foram assassinados, ameaçados, sequestrados ou torturados em consequência directa do seu trabalho. O caso emblemático de Carlos Cardoso, assassinado em 2000, continua sem justiça plena e simboliza a persistência da impunidade.

Na última década, multiplicaram-se os casos de perseguição a jornalistas, incluindo Arlindo Chissale (desaparecido), Ibraimo Mbaruco (desaparecido), Amade Abubacar (detido e depois restituído a liberdade), João Chamusse (assassinado) e Paulo Machava (assassinado), entre outros. Estes episódios demonstram que o ataque contra Carlitos Cadangue não é um facto isolado, mas parte de um ciclo de violência e silenciamento que ameaça seriamente o direito dos cidadãos à informação.

O DEVER DO ESTADO E O COMBATE À IMPUNIDADE

O Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) considera inaceitável a normalização da violência contra profissionais da comunicação social e sublinha que a segurança dos jornalistas é uma responsabilidade indeclinável do Estado moçambicano. A ausência de investigações sérias e de responsabilização efectiva apenas reforça a sensação de impunidade e encoraja a repetição destes crimes.

Neste sentido, o CDD exige uma investigação célere, independente e transparente sobre o atentado contra Carlitos Cadangue; apela à responsabilização dos autores morais e materiais do crime; e insta as autoridades competentes a adoptarem medidas concretas para garantir a protecção de jornalistas e defensores de direitos humanos.

O CDD reitera que proteger jornalistas é proteger a democracia, o Estado de Direito e o direito dos cidadãos à informação. O silêncio e a impunidade perante ataques desta natureza representam uma grave ameaça colectiva à sociedade moçambicana.



MISSÃO:

Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Assistentes do Programa: Artur Malate; Sheila Wilson; Marcia Massosste
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO